



EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA ACADEMIA: UMA EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA

*OLIVEIRA, Vanessa Cristiane*¹
Especialista em Finanças
*VALVERDE, Anderson Rocha*²
Centro Universitário Academia – UniAcademia

Linha de Pesquisa: Administração Financeira

RESUMO

O presente artigo teve o objetivo de apresentar os resultados do projeto de extensão universitária intitulado “Educação Financeira na Academia”, desenvolvido no Centro universitário Uniacademia, em Juiz de Fora, no período de agosto a novembro de 2023. O projeto atingiu cerca de 70 alunos com idades entre 15 e 16 anos do 1º ano do ensino médio do Colégio Academia e consistiu na realização de 06 (seis) palestras com duração de 02 (duas) horas cada. Em cada palestra foram abordados temas relacionados a finanças pessoais e investimentos de forma simples e prática com uso de Datashow. Os resultados obtidos indicam que os alunos do 1º ano do ensino médio do Colégio Academia possuem algum nível de conhecimento sobre educação financeira tendo em vista que algumas matérias deste ano letivo trataram temas correlacionados.

Palavras-chave: Finanças Pessoais, Educação Financeira, Investimentos.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, estudos recentes revelam a enorme dificuldade das pessoas em conviverem com o atual ambiente econômico de inflação e juros altos. Tal fato tem contribuído para elevar o nível de endividamento das famílias que, em parte, pode ser explicado pela pouca atenção dispensada pelas escolas e governos à educação financeira das pessoas.

Com o advento das tecnologias e a globalização, é sabido que são necessárias adaptações nos meios de vida e relação em sociedade, com isso a educação financeira tem sido um tema de forte relevância e necessidade tanto em âmbito empresarial, escolar e familiar.

¹ Especialista em Finanças pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF.

² Professor do curso de Administração do Centro Universitário Academia – Uniacademia.

Desse modo, saber aplicar de maneira adequada a renda familiar é de extrema importância, pois equilibra os gastos e dessa forma pode evitar possíveis dificuldades financeiras.

Surge então a necessidade de se pensar a respeito, incentivando a inserção da educação financeira em âmbito escolar, a fim de estimular os indivíduos a refletir sobre as questões que interferem nas finanças do lar e assim repensar sobre gastos prioritários e desnecessários adequando a sua renda às limitações que lhe competem, demonstrando a relevância do tema deste trabalho.

O objetivo aqui proposto consiste em apresentar aos alunos do 1º ano do ensino médio do Colégio Academia conceitos básicos de finanças pessoais e de investimentos e discutir ferramentas que possam ser utilizadas de modo a favorecer o estudo da educação financeira, propiciando caminhos para seu ensino. Para tanto, a pesquisa é realizada em forma de revisão bibliográfica, visando destacar as alternativas acerca do tema, entrelaçando sua visão com a qual este trabalho se destina a demonstrar. O foco se dará nas abordagens de educação financeira trazidas por diversos autores que oferecem um embasamento para este trabalho.

O trabalho está dividido em seções que delimitam o assunto a ser discutido, sendo elas: Introdução, Referencial teórico que delimitará o que é e qual a finalidade da educação financeira, sugestões para educar financeiramente que trará ideias condizentes que analisará e entrelaçará as sugestões de ensino apresentadas no decorrer deste trabalho e considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O que é educação financeira?

Para delinear e ressaltar a relevância da educação financeira, é necessário apresentar seu conceito, que é mundialmente definido através da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2005) como:



[...] o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram seu entendimento sobre os conceitos e os produtos financeiros e, através da informação, instrução e/ou conselhos objetivos, desenvolvam as habilidades e a confiança para conhecer melhor os riscos e oportunidades financeiras, e assim tomarem decisões fundamentadas que contribuem para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE *apud* VIEIRA, BATAGLIA E SEREIA, 2011, p.64).

Segundo Berverly e Burkhalter (2005, pg. 121), a educação financeira “refere-se ao conhecimento e habilidades dos indivíduos relacionadas ao gerenciamento do dinheiro”.

Isso tudo demonstra que educar financeiramente resguarda o indivíduo de possíveis imprevistos financeiros assim como incentiva o investimento em poupanças e outros meios que lhe garantam um retorno, como a previdência privada por exemplo, além de auxiliar na cautela para que ele não se torne vítima de fraudes ou se iluda com propostas que prometem algo desconfiável.

Para além destes aspectos, a sociedade como um todo se reestrutura financeiramente uma vez adotadas algumas das medidas supracitadas, gerando um equilíbrio em todos os aspectos que a envolvem: vida familiar, carreira, mercado, etc, e desse modo os investimentos se tornam eficazes e por consequência são valorizados, modificando o modo de pensar-agir com relação principalmente ao consumo desenfreado e à poupança ou previdência, situação que é traduzida na fala de Pinheiro (2008):

Desse modo, a educação financeira pode ser definida como a habilidade que os indivíduos apresentam de fazer escolhas adequadas ao administrar suas finanças pessoais durante o ciclo de sua vida. Usuários deste tipo de produto, quando devidamente instruídos, têm a capacidade de lidar com as questões financeiras do cotidiano e as imprevistas, avaliar o impacto das decisões para a sua vida e a de sua família, compreender seus direitos e suas responsabilidades e ter o conhecimento de fontes confiáveis de consulta (PINHEIRO, 2008, p.2).

Visando o bem-estar econômico, a educação financeira será aqui tratada como um conjunto de ações que proporcionem ao indivíduo distinguir prós e contras das opções as quais se expõe permitindo que o mesmo perceba sua relevância para além

do âmbito familiar, isto é, considerando sua influência direta na economia como um todo.

2.2 Para que serve a educação financeira?

Mais que definir o conceito de educação financeira, é de suma importância argumentar sobre as razões e a relevância de sua aplicação. Alguns dos motivos de maior expressividade da prática de educação financeira envolvem, segundo Lucci et. al. (2006, p.4), fatores como o bem-estar social, decisões que envolvem o futuro financeiro de jovens e adultos, organização de contas domésticas bem como evitar a inclusão dos devedores em sistemas como SPC ou SERASA.

Outro aspecto que é afetado diretamente de acordo com o equilíbrio das finanças domésticas é a questão da previdência. Pinheiro (2008, p.4) relata que uma sociedade afetada pelo desequilíbrio financeiro, aliada a uma taxa de fecundidade em constante queda devido à inversão da pirâmide etária, tende a inflar a população economicamente não ativa, o que é de várias formas preocupante uma vez que o estado por si só não será capaz de suprir a necessidade previdenciária desta população, direcionando o olhar dos indivíduos para a previdência privada. Afirma ainda que:

No Brasil, ainda há outra agravante para o limitado acúmulo de recursos por parte da população. O país enfrentou longos períodos de inflação elevada, com forte desvalorização da moeda, que gerou a cultura do “gastar no momento para não perder”. É necessário um intenso trabalho de conscientização para mudar esse quadro, o que pode e deve ser alcançado mediante a instrução e educação financeira (PINHEIRO, 2008, p.6).

O autor ainda enumera (Pinheiro, 2006, p.3) outros motivos para valorizá-la, como ajudar as crianças a reconhecerem o valor do dinheiro, proporcionar a independência financeira dos jovens, grandes eventos na vida de adultos como adquirir um imóvel ou financiar estudos ou aposentadoria, ajustar as decisões de investimento financeiro às necessidades da família, coopera com a estabilidade financeira, potencializa o mercado e corrobora para investimentos em poupança.

Elucidando o pensamento acima, Costa e Marinho (2013) afirmam que:

O Brasil é um país onde existe pouca ou nenhuma educação financeira. Muitos anos de inflação, sucessivos planos econômicos equivocados adotados por governos do passado, baixo nível cultural da população, são fatores que resultaram em conceitos errôneos de planejamento financeiro (COSTA E MARINHO, 2013, p.5).

Além disso, a cultura do consumismo altamente difundida nos nossos tempos de globalização, de notícias em tempo real e das manifestações culturais no sentido de ter e mostrar que tem (ostentação sertaneja e funk ostentação são dois exemplos bastante atuais), atrapalha, inviabiliza ou até mesmo sufoca a cultura da poupança.

A eficácia dos programas de educação financeira é demonstrada em outros países, o que serve como reafirmação da necessidade de seu ensino, e o grande responsável pelo estímulo a este ensino é o fator cultural. Como dito anteriormente a cultura da sociedade brasileira é baseada no imediatismo da situação, entretanto este nem sempre é o melhor caminho, como demonstrado na fala de Vieira, Bataglia e Sereia (2011) afirmando que países desenvolvidos, como os Estados Unidos, inseriram a disciplina de educação financeira nas grades curriculares escolares, no Reino Unido, embora facultativa a oportunidade de aprendizado é oferecida também pelo mercado através de instituições financeiras orientando a população nesse assunto.

O consumismo também é um fator preocupante, nas palavras de Silva e Fonseca (2014, p.8): “O equilíbrio financeiro não depende do quanto se ganha, mas de como se administra aquilo que se ganha”. A importância da reflexão sobre o consumo se dá na própria oferta do mercado, que aliado a estratégias de marketing atrativas oferece produtos com ciclo de vida mais baixo a fim de criar novos produtos e estimular o consumo destes, o que tem afetado principalmente crianças e adolescentes.

Desse modo, educar financeiramente se mostra fundamental seja em momentos presentes ou posteriores da vida do indivíduo. O sujeito que se instrui nesse sentido, possui bem menor probabilidade de enfrentar apuros financeiros em relação àqueles que não o fazem, afetando até mesmo uma visão de futuro remotamente distante tal qual o jovem pode vir a ver a aposentadoria.



Pinheiro (2008) fala desta cultura do imediatismo, explicando seu reflexo principalmente na previdência e o porquê deste elemento ser pouco valorizado no Brasil:

Produtos financeiros com características de retorno a longo prazo, em que a capitalização dos recursos é essencial (ver tabela 1), como a aposentadoria privada, são pouco atrativos para a população pelo fato de o recurso financeiro investido não ser materializado no presente mas ser desfrutado apenas no futuro, o que, no caso da previdência corresponde a um horizonte superior a 30 anos (PINHEIRO, 2008, p.5).

Traçando uma relação mais concreta sobre a educação financeira, a organização das finanças de um sujeito funciona como uma empresa: nos dois casos, é necessária boa administração e mensuração dos prós e contras da tomada de decisões para que os resultados destas sejam frutíferos.

2.3 Sugestões para educar financeiramente

Como falado anteriormente, a experiência estrangeira traz consigo valiosos modelos de ensino que poderiam ser adequados à sociedade brasileira a fim de proporcionar ensino de qualidade no assunto ao qual este trabalho se remete. Alguns dos programas bem como seu funcionamento tem sua descrição a seguir (Pinheiro, 2008, p.9):

- USA: Escolha para poupar (*Choose to Save*) – tem seu foco em conscientizar a população a respeito de poupar e planejar a longo prazo;
- Nova Zelândia: *KiwiSaver* – proporciona ao individuo a opção voluntária de poupar cerca de 4 a 8% do salário a ser resgatado aos 65 anos, com a exceção de que deseje obter sua casa própria, neste caso o valor poderá ser retirado a qualquer momento;
- Japão: *Defined Contribution Pension Law (DCPL)* - oferece aos patrocinadores da pensão planos de benefícios e noções básicas de investimento;
- Canadá – estimula e educa no sentido da adoção da previdência privada;

- Irlanda – trabalha como uma fusão dos programas do Canadá e do Japão (educação e previdência privada).

No caso brasileiro, o ensino efetivo e incluído na grade curricular só ocorre em nível de graduação, e conforme estudos realizados comprovam que o acesso à educação financeira transforma o modo de pensar do indivíduo que possui instrução no assunto.

A pesquisa de Lucci et. al. (2006) realizada com alunos da graduação em Administração e Ciências Contábeis da Faculdade Independente do Butantã, mensura o conhecimento de alunos destes cursos em diversos períodos avaliando tanto discentes que já avançaram em disciplinas que envolvem educação financeira como dos que ainda não o fizeram, resultando no estimado:

A análise dos dados indica que o nível de conhecimento dos conceitos financeiros é diretamente proporcional ao nível de educação financeira, no que tange somente o número de disciplinas ligadas à área de finanças cursada na graduação. Sobre a atitude, pode-se confirmar, como era esperado, que o nível de conhecimento influencia a qualidade das decisões financeiras tomadas pelas pessoas. Percebe-se que as respostas são coerentes com os conceitos, ou seja, como regra geral, os respondentes não apenas dominam os conceitos mínimos, mas também os aplicam de maneira razoável [...] (LUCCI et. al., 2006, p.10).

Em todos os casos assim como outras obras consultadas não relatadas neste trabalho, a aliança entre oferta e estímulo tornou a educação financeira - parte de programas escolares ou não – um ativador do pensamento financeiro nas famílias e sociedade como um todo. Qualquer trabalho que seja desenvolvido deve ter a divulgação e incentivo como fator de alta relevância, o que permite a amplitude do público atingido e o interesse em adquirir conhecimentos oferecidos pelos programas propostos.

Outra sugestão seria a ampla divulgação de programas de educação financeira já disponíveis *online* através de bancos e consultores financeiros. Com a pesquisa realizada na internet é possível encontrar algumas ofertas através de sites que oferecem algum suporte, sendo eles consultados em agosto de 2015, os de maior destaque estão dispostos a seguir:



- <https://www.bcb.gov.br/?PEF-BC> – Site do Banco Central do Brasil, que oferece orientações a respeito do assunto;
- <http://www.bradesco.com.br/html/classic/educacao-financeira/> - Site do banco Bradesco, que trata de vários assuntos englobados pelo controle das finanças;
- <http://www.bb.com.br/portalbb/jsp/cursos/PFPexterno/html/cursos/pfp/inicio.html> - Curso oferecido pelo Banco do Brasil. O *layout* do site é um pouco rudimentar, porém de fácil acesso, o que auxilia na navegação no mesmo.

De tal modo identificam-se alguns facilitadores para o processo de inserção e aplicação de programas de educação financeira no Brasil, demonstrando que o caminho a ser traçado já se encontra em andamento, contudo o percurso ainda é de desenvolvimento lento o que de modo algum deve desestimular sua continuidade.

2.4 Como educar efetivamente?

O Brasil ainda tem muito a avançar neste sentido, pois retomando a ideia do capítulo anterior, a cultura brasileira ainda não prima por poupar e investir, mas em consumir o quanto antes a fim de evitar o aumento do bem consumido. Além disso, nos últimos anos a ampliação da oferta de crédito deu à população a oportunidade de adquirir bens como a casa própria e veículos, o que compromete grande parte do orçamento das famílias.

O que acontece na maioria das vezes são taxas de juros elevadas e prestações que duram anos, sendo que algumas estratégias poderiam amenizar tais situações como, por exemplo, uma simples pesquisa sobre as taxas das financeiras ou uma entrada de maior valor.

Muniz Junior e Jurkiewicz (2013) categorizam as ofertas de educação financeira disponíveis no Brasil. A falta de informação financeira é preocupante, e para tentar atacar o problema temos diversos agentes, que podemos classificar, aqui no Brasil, em 4 tipos:



- Tipo 1 – Agentes governamentais;
- Tipo 2 – Agentes de instituições financeiras privadas;
- Tipo 3 – Consultores financeiros;
- Tipo 4 – Pesquisadores e professores de Matemática (MUNIZ JUNIOR e JURKIEWICZ, 2013, p.2).

A oferta de educação proporcionada desde 2007 pelo governo brasileiro, desenvolve uma medida em parceria com o Banco Central, Comissão de Valores Imobiliários, Secretaria de Previdência Complementar, e Superintendência de Seguros Privados, visando a proposição de uma iniciativa de educação financeira, conforme o exposto:

Foi desenvolvido um *site* para divulgar as ações sobre educação financeira no Brasil, <www.vidaedinheiro.gov.br>, e é nesta página da *web* que está disponível o formulário para a realização deste inventário, onde as instituições que já realizam alguma atividade ligada à educação financeira, sem ônus para o consumidor, irão se cadastrar e informar o governo sobre suas ações. De uma parceria entre governo e entidades privadas surgiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). A ENEF conta com a colaboração do Ministério da Educação, Ministério da Justiça e diversas entidades não governamentais como a BM&FBovespa, Instituto Unibanco, Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID), dentre outras. Através da iniciativa das entidades e órgãos integrantes do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiros, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC) é desenvolvido o Projeto Nacional de Educação Financeira (VIEIRA, BATAGLIA E SEREIA, 2011, p.68).

Contudo, essa iniciativa ainda é incipiente, devido à baixa divulgação e o desconhecimento de termos técnicos que facilitariam o entendimento do assunto, afetando o interesse no estudo.

Diante desse quadro, o primeiro passo para uma sociedade consciente financeiramente é o estímulo ao conhecimento dos riscos do mercado, o que só é possível através da educação, isto é, é de suma importância inserir este assunto nas escolas. Como citado em exemplos anteriores como os EUA, a disciplina de educação financeira é um caminho para se atingir o objetivo de ensino, e essa mudança pode ocorrer conforme sugerido pela OCDE (2005), que oferece recomendações para boa prática da educação financeira, quais sejam:



- a) A Educação Financeira deve ser promovida de uma forma justa e sem vieses, ou seja, o desenvolvimento das competências financeiras dos indivíduos precisa ser embasado em informações e instruções apropriadas, livres de interesses particulares.
- b) Os programas de Educação Financeira devem focar as prioridades de cada país, isto é, estar adequados à realidade nacional, podendo incluir, em seu conteúdo, aspectos básicos de um planejamento financeiro, como as decisões de poupança, de endividamento, de contratação de seguros, bem como conceitos elementares de matemática e de economia.
- c) Os indivíduos que estão para se aposentar devem estar cientes da necessidade de avaliar a situação de seus planos de pensão, necessitando agir apropriadamente para defender seus interesses.
- d) O processo de Educação Financeira deve ser considerado pelos órgãos administrativos e legais de um país, como um instrumento para o crescimento e estabilidade econômica, sendo necessário que se busque complementar o papel que é
- e) exercido pela regulamentação do sistema financeiro e pelas leis de proteção ao consumidor.
- f) O envolvimento das instituições financeiras no processo de Educação Financeira deve ser estimulado, de tal forma que a adotem como parte integrante de suas práticas de relacionamento com seus clientes, provendo informações financeiras que estimulem a compreensão de suas decisões, principalmente, nos compromissos de longo prazo e naqueles que comprometem expressivamente a renda atual e futura de seus consumidores.
- g) A Educação Financeira deve ser um processo contínuo, acompanhando a evolução dos mercados, e a complexidade crescente das informações que os caracterizam.
- h) Por meio da mídia, devem ser veiculadas campanhas nacionais que estimulem a compreensão dos indivíduos quanto à necessidade de buscarem o autodesenvolvimento financeiro, bem como o conhecimento dos riscos envolvidos nas suas decisões financeiras. Além disso, precisam ser criados sites específicos, oferecendo informações gratuitas e de utilidade pública.
- i) A Educação Financeira deve começar na escola. É recomendável que as pessoas se insiram no processo, o quanto antes.
- j) As instituições financeiras devem ser incentivadas a certificar que os clientes leiam e compreendam todas as informações.



- k) Os programas de Educação Financeira devem focar particularmente aspectos importantes do planejamento financeiro pessoal, como a poupança e aposentadoria, o endividamento, e a contratação de seguros.
- l) Os programas devem ser orientados para a construção da competência financeira, devendo ser adequados a grupos específicos, e elaborados da forma mais personalizada possível (SAVOIA, SAITO E PETRONI *apud* VIEIRA, BATAGLIA E SEREIA, 2011, p.65-66).

Introduzir então o assunto, ainda que de maneira gradativa nas escolas é a chave para atingir a sociedade, e isso pode ser feito através da inserção do tema nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Temas Transversais no ensino fundamental, e como parte integrante do caderno de Ciências da Natureza, Matemática e Suas Tecnologias, colocando o assunto em discussão.

Futuramente, deveriam ser oferecidos cursos de capacitação aos docentes para que trabalhem o tema, e conseqüentemente, a incorporação da disciplina de Educação Financeira nas grades curriculares principalmente do ensino médio, que possui um público em potencial que está em formação, tendo acesso a recursos financeiros e ao mercado de trabalho contribuindo para sua formação enquanto cidadão economicamente ativo.

Além disso, incentivar investimento em planos de previdência privada, poupança e controle do consumismo é outro aspecto fundamental, garantindo uma visão de futuro mais segura a essas crianças e jovens e permitindo que estes possuam conhecimento que propicie o discernimento entre vantagens e desvantagens de determinados investimentos.

Seria ingênuo porém, delegar a responsabilidade única e exclusiva da eliminação das mazelas econômicas à educação, pois como afirmam Rogers, Favatto e Securato (2008) através de estudo realizado, a eficiência da educação se mostra presente até certo ponto uma vez que os reflexos comportamentais podem ser um agravante na incorporação dos conhecimentos oferecidos em um programa educativo, nas palavras dos autores:



De forma pioneira no mercado de capitais brasileiro, os resultados desse artigo elucidam implicações práticas interessantes, pois os vieses cognitivos podem não desaparecer mesmo com a educação financeira dos investidores. Assim, programas educacionais para alertar os investidores a respeito dos vieses cognitivos a que estão sujeitos e potenciais ações oportunistas de outros agentes não teria eficácia (ROGERS, FAVATTO E SECURATO, 2008, p.13).

Isso mostra que o objetivo deste estudo é reforçar a importância da educação financeira como ferramenta de auxílio na tomada de decisões, mas também que somente ela não é capaz de suprir a necessidade a que se destina. Mais que tudo, é importante estimular a mudança no pensamento dos indivíduos, e isso sim, é conquistado com maior facilidade através da ferramenta em questão.

Desse modo, a defesa aqui proposta não é mera e exclusivamente com o intuito de solucionar o problema com relação às questões financeiras, mas de demonstrar seu forte auxílio neste processo, reforçando a necessidade da inserção deste assunto em âmbito escolar.

Sobre as ofertas online selecionadas, são demonstradas dicas para o consumo consciente, controle das finanças e sugestões de investimentos adaptados às necessidades dos indivíduos. Os dois primeiros são bem elaborados, divididos por temáticas e de linguagem mais complexa, o último, é o oposto, oferecendo um curso de *layout* bem simples e de fácil navegação, o que para a população de baixa instrução se mostra como melhor opção.

Nos três, é possível identificar as ideias bem delineadas sobre a questão do equilíbrio entre poupar e consumir, o que demonstra o estímulo sobre o aspecto comportamental citado anteriormente: é necessário inculcar na população o pensamento de resguardo de seus valores, reestruturar a visão perpetuada na sociedade brasileira a respeito do imediatismo do consumo. Manter reservas para situações futuras ou imprevistos não é luxo, mas necessidade vital para a economia familiar, o que garante variedade de oportunidades para adquirir determinado bem ou produto e dessa forma, garante a economia de valores uma vez que é possível aguardar o “momento certo” do mercado para tal produto.

Educação financeira exige disponibilidade de mudança e adaptação, porém sua aplicação oferece avanços e bônus no que diz respeito ao orçamento familiar, garantindo assim o interesse em seu aprendizado.

3 METODOLOGIA

Esse artigo apresenta as ações e resultados de uma experiência extensionista, no Centro Universitário Academia. Para tanto, foram realizadas 06 (seis) palestras no Colégio Academia durante o período de agosto a outubro de 2023, conforme cronograma definido com o professor coordenador do Ensino Médio.

As palestras tiveram a duração de 02 horas cada e foram agendadas previamente de acordo com a disponibilidade dos alunos do 1º ano do ensino médio. Os assuntos tratados em cada palestra foram abordados de forma simples e prática com uso de Datashow.

Os alunos dos 2º e 3º anos do ensino médio do Colégio Academia não foram atingidos em função da indisponibilidade de tempo decorrente da alta carga de conteúdo que possuem para a preparação para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e demais vestibulares.

A pesquisa foi qualitativa, apoiando-se na realidade para entender uma situação única. A “pesquisa qualitativa pode ser definida como a que se fundamenta, principalmente, em análises qualitativas, caracterizando-se, em princípio, pela não utilização de instrumental estatístico na análise dos dados” (ZANELLA, 2011, p. 35).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto atingiu cerca de 70 alunos do 1º ano do ensino médio do Colégio Academia com idades que variam entre 15 a 16 anos. Os resultados revelam que estes alunos possuem algum nível de educação financeira na medida em que algumas matérias deste ano letivo abordam temas paralelos. Além disso, merece destaque o interesse de alguns alunos pelo mercado de capitais e investimentos em bolsa de valores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do projeto foi apresentar aos alunos do 1º ano do ensino médio do Colégio Academia conceitos básicos financeiros e de investimentos, informando sobre serviços financeiros e proporcionar habilidade para controlar finanças pessoal e familiar. Tendo em vista que todos os alunos das duas turmas do 1º ano do ensino médio assistiram as palestras ministradas, pode-se concluir que os resultados do projeto foram atingidos de forma plenamente satisfatória.

Para os futuros projetos de extensão que busquem abordar o tema educação financeira, pela experiência obtida com esse projeto, recomenda-se o seguinte: antes de começar o processo de educar financeiramente o público alvo, realizar uma análise autocrítica da situação atual de cada participante e uma capacitação curta sobre temas específicos de finanças; destacar que a educação financeira não é uma fórmula mágica para obter êxito financeiro e sim uma forma de qualidade de vida; estimar uma duração de projeto de pelo menos três anos, para se ter um maior tempo de acompanhamento dos alunos durante todo o ensino médio.

ABSTRACT

This article aimed to present the results of the university extension project entitled “Financial Education at the Academy”, developed at the Uniacademia university center, in Juiz de Fora, from August to November 2023. The project reached around 70 students aged between 15 and 16 years old in the 1st year of high school at Colégio Academia and consisted of 06 (six) lectures lasting 02 (two) hours each. In each lecture, topics related to personal finance and investments were covered in a simple and practical way using Datashow. The results obtained indicate that students in the 1st year of high school at Colégio Academia have some level of knowledge about financial education, considering that some subjects this academic year dealt with correlated topics.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino médio**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica: Brasília (DF), 2000.

COSTA, Maurício. MARINHO, Mayanna de L. F. R. **Planejamento financeiro: decisões de investimento em títulos públicos visando a aposentadoria**. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de MBA em Finanças da UFJF - Juiz de Fora, 2014.

LIMA, Telma C. S. de. MIOTO, Regina C. T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45, 2007.

LUCCI et al. **A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos**. Artigo publicado no IX SemeAd – FEA – USP, 2006.

MUNIZ Jr, I. JURKIEWICZ, Samuel. **"Educação Econômico-Financeira: uma nova perspectiva para o Ensino Médio."** VII CONGRESO IBEROAMERICANO DE EDUCACION MATEMATICA. Vol. 12. 2013.

PINHEIRO, Ricardo P. *Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão*. In: **Fundos de Pensão e Mercado de Capitais**. Ed. Peixoto Neto. São Paulo, SP. 2008.

ROGERS, P.; FAVATO, V.; SECURATO, J. R. **Efeito Educação Financeira no Processo de Tomada de Decisões em Investimentos: Um Estudo a Luz das Finanças Comportamentais**. In: II Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT), 2008, Salvador: ANPCONT, 2008.

SILVA, Juliete; R. FONSECA, Cristiano R. **Educação financeira e sua influência nas decisões econômicas e financeiras dos indivíduos.** Trabalho de conclusão de curso apresentado à UEPB, 2014.

VIEIRA, Saulo F.A.; BATAGLIA, Regiane T.M. SEREIA, Vanderlei J. **Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do norte do Paraná.** Revista de Administração da UNIMEP. v.9, n.3, Setembro/Dezembro, 2011.